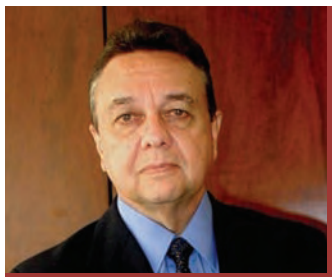


Diário de bordo

Esperteza interiorana



Roberto Rodrigues*

HÁ MUITAS histórias que mostram a esperteza do caboclo brasileiro.

Os livros do Cornélio Pires são antológicos quanto a isso, exibindo a rapidez do raciocínio dos caipiras da região de Tietê. Vale a pena lê-los, até para aprender a lidar com agilidade com situações complexas.

Outro contador de causos é Rolando Boldrin, conhecedor da pureza da alma sertaneja, tão bem delineada, com *finesse*, nas obras de Guimarães Rosa.

Certa vez, um fazendeiro de um pequeno município do interior paulista foi eleito prefeito. Trabalhava todas as manhãs na fazenda e, logo depois do almoço, às 11 horas, como acontece sempre na roça, pegava seu fusca e ia despachar na prefeitura, visitar escolas e o centro de saúde, fiscalizar as obras em andamento.

Numa dessas viagens, deu carona a um caboclo, a meio caminho da cidade. O caboclinho não reconheceu o prefeito-motorista, e logo puxou conversa.

– Vou na cidade falar com o prefeito, por causa que ele prometeu que ia fazer um mata-burro aí na entrada do nosso bairro e até hoje, ó, nada.

O prefeito, achando graça na conversa, foi dando corda ao sujeito, perguntando se ele tinha certeza da tal promessa ou se tinha só ouvido falar, se conhecia o prefeito, e outras provocações.

O caipira, sem papas na língua, logo botou tudo para fora: que não tinha visto

a promessa, mas o compadre dissera ser verdade, e que ia cobrar pra valer do prefeito. Este, divertido, entusiasmou o carona, afirmando que “promessa é dívida” e, se o candidato prometera, deveria ser cobrado com vigor.

Animado e valente, já chegando à cidade, o caboclinho, gesticulando e seguro de si, ia criando mais coragem, quando o prefeito perguntou:

– “E se o homem disser que não faz o mata-burro?”

E o caipira, afogueado e despachado:

– “Sou muito macho, não levo desaforo para casa, mando ele para a p.q.p. no ato, ele vai ver só com quem tá lidando”. ... e acrescentou outros palavões impublicáveis.

O prefeito deixou o sujeito na rodoviária e foi trabalhar.

Lá pelo meio da tarde, o cujo é introduzido à sala de despachos. Claro que reconheceu o motorista da carona, mas não se deu por achado. Nem o alcaide. Ambos fingiram não se conhecer.

E o caboclo contou toda a história, que o candidato tinha passado pelo bairro na campanha, feito a promessa do mata-burro, etc. e tal, que já tinha passado quase um ano e nada, e que ele tinha vindo saber se a obra ia sair ou não, se estava programada e para quando.

E o prefeito, muito sério, de novo, dando corda: “Mas o senhor ouviu a promessa? Tem certeza que ela foi feita? Quando, mais ou menos?” E assim por diante.

Esquivando-se, mas sempre falando a verdade, o caboclinho explicava tudo de novo.

Ao fim da conversa, o prefeito perguntou.

– Mas, meu amigo, e se eu disser que não vou fazer o mata-burro?

O silêncio não durou 3 segundos, suspenso na expectativa da resposta.

– Bão, perfeito, aí é aquilo que nós cumbinemo na viagem...”

Palavra dada, palavra cumprida... ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Alimento barato



Cesário Ramalho da Silva*

MESMO COM o agravamento da crise econômica, o brasileiro continuará pagando barato pela comida. A despeito do arrocho financeiro – custos altos, falta de crédito, endividamento, margens baixas – os produtores rurais garantirão a safra 2008/09. Haverá um pequeno recuo na produção, mas nada que prejudique o abastecimento de alimentos a preços equilibrados. O consumidor não precisa se preocupar. Mais uma vez a agricultura será a âncora verde da economia e contribuirá para manter a inflação sob controle.

Há anos o setor rural segura as contas do País. Se estamos menos vulneráveis nesta crise, é em razão dos resultados do agronegócio. Por exemplo, grande parcela das reservas, que estão sendo usadas pelo Banco Central para controlar a alta do dólar, veio da receita das exportações agropecuárias.

A crise ainda não chegou ao agronegócio. Os problemas surgirão no período da colheita deste ciclo de produção. O agricultor plantou uma das safras mais caras da história e pode enfrentar queda nas cotações das *commodities* agrícolas. É um descasamento perigoso. Se o produtor não obtiver receita no próximo ano, como ficará a safra subsequente? Não é um problema dele, é um problema para o País.

Neste momento, um cenário de incertezas se desenha. O agricultor venderá a

Opinião

Seguro de renda

safras que está plantando a que preço, e para quem?

Com as carnes a situação é parecida. Ao visitar a Sial, uma das maiores feiras mundiais de alimentos e bebidas, realizada no final de outubro, em Paris, constatei que a escassez de crédito mexe com o mercado de carnes. A Rússia, nosso maior comprador individual da carne bovina, está sem recursos para quitar parcelas restantes de carregamentos já entregues. Contêineres estão parados nos portos de lá. Eles pedem descontos, enquanto exportadores brasileiros sinalizam que podem trazer os carregamentos de volta.

É hora do setor rural discutir com o governo mecanismos de proteção de renda, dentro da política de garantia de preços mínimos, como o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), Aquisição do Governo Federal (AGF), Empréstimo do Governo Federal (EGF), entre outros instrumentos. E este diálogo, acima de tudo, tem de servir de gancho para que seja debatida uma nova política agrícola para o País, condizente com a importância e os riscos inerentes da atividade. Uma política agrícola ampla, que tenha como objetivo viabilizar renda para o produtor, não apenas crédito. Para isso, o seguro rural tem de constar da agenda porque dá retaguarda aos recursos investidos no setor.

Para concluir, fica a mensagem de que dar suporte à atividade rural é uma medida de interesse público. Um agronegócio vibrante tem o efeito multiplicador de dinamizar as economias das regiões produtoras e os negócios do setor industrial e de serviços das grandes cidades, garantindo e gerando empregos, contribuindo para o incremento da riqueza e desenvolvimento do País. ■



João Sampaio*

MAIS QUE nunca, a agricultura brasileira precisará de instrumentos de seguro de renda para, na hora da comercialização, o agricultor resgatar dívidas e produzir o próprio crédito de custeio e investimento das próximas safras. Se em tempo de recursos fartos já o necessitava, com a atual escassez de crédito, deve acessá-los para reduzir os riscos inerentes à situação econômica instável.

O nosso modelo de crédito agrícola baseado no financiamento direto da produção, calcado nas exigibilidades de 30% dos depósitos bancários à vista e de 70% da poupança rural, não atender à demanda. Por sua vez, o dinheiro das *tradings* e os recursos livres desaparecem e ficam caro demais para o financiamento do plantio seguinte. Uma das saídas imediatas é utilizar os mecanismos de proteção cambial e de preços (*hedge*) em Bolsas de Mercados e Futuros.

Em algumas regiões do País, o endividamento é um gargalo para a adoção de tais práticas. No entanto, o governo federal aceita com limites adicionais de crédito para financiar as margens de garantia, custos operacionais e ajustes diários atrelados aos contratos futuros. Como essas operações dão ao produtor uma margem mínima de lucro, resultam em seguro de renda.

Se antes o produtor adotava o seguro da safra para ter acesso ao crédito oficial subsidiado, da mesma forma, poderia

fazê-lo na forma de *hedge* para a comercialização. A ordem é seguro na hora de plantar e de vender.

O produtor hoje tem acesso à subvenção do prêmio do seguro rural, que corresponde a 50% do valor pago. No caso de São Paulo, que desenvolve seu próprio programa antes do federal, o agricultor chega a pagar apenas 25% do valor do prêmio, pois utiliza o benefício pelos planos federal e estadual, totalizando 75% de subsídio.

Para o seguro de renda, o estado de São Paulo também estuda um programa de subsídios das opções de compra e venda, bancando metade do prêmio. Vamos trabalhar com soja, milho, boi e café. Diferentemente dos mecanismos de garantia de preço mínimos por meio dos instrumentos de PEP, Pepro, Prop, o programa paulista seria de proteção de renda via mercado.

A popularização dos instrumentos de proteção é o próximo desafio do agronegócio brasileiro. A criação dos mesmos é um grande passo, mas o produtor, seja por falta de informação ou de incentivo, subutiliza e fica sempre na dependência do crédito puro e simples. Há dois efeitos: círculo vicioso do endividamento e danos à sua imagem, como se fossemos eternos privilegiados das benesses governamentais, o que não é verdade. O agricultor brasileiro, comparado ao restante do mundo, incluindo os norte-americanos, é bem menos protegido.

E agora, ao não utilizarmos os instrumentos disponíveis, ficará ainda menos salvaguardado das intempéries do mercado de *commodities* agrícolas, que cada vez mais faz parte da roleta financeira. A crise financeira têm duas correntes muito fortes de consenso, a necessidade de um mercado auto-financiado com dispositivos de seguro de renda e, ao mesmo tempo, controle e transparência maiores do sistema global. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo